Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão vem primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADOR ESTADUAL

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

7ª edição

Revista, atualizada e ampliada

2021

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

RAIO-X DOS CONCURSOS

1. TABELA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A tabela abaixo indica os concursos ocorridos nos últimos anos, por estado, e a respectiva organizadora do certame.

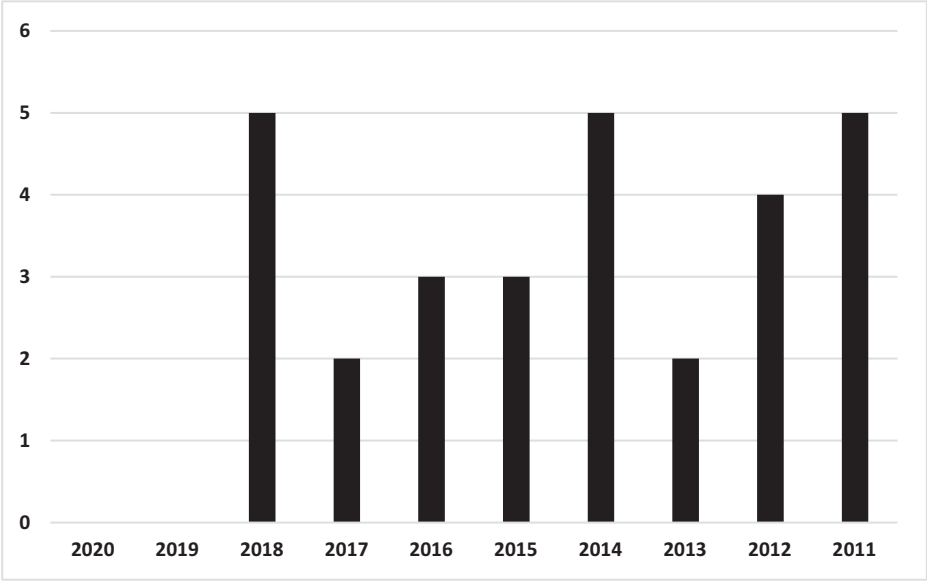
Tabela 1

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
PR						PUCPR				UEL
SC			Fepese							
RS						Fundatec				
ES										
MG										Fumarc
RJ									PGE	
SP			Vunesp						FCC	
DF								Cespe		
GO								PGE		
MS							PGE			
MT					FCC					FCC
AL										
BA							Cespe			
CE										
MA					FCC					
PB										
PE			Cespe							
PI							Cespe			
RN							FCC			
SE				Cespe						
AC				FMP			FMP		FMP	
AM					Cespe					
AP			FCC							
PA						UEPA			UEPA	PGE
RO										FCC
RR										
TO			FCC							

2. QUANTITATIVO ANUAL DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A distribuição abaixo indica quais foram os quantitativos de concursos da carreira, por ano, na última década.

Distribuição 1



3. TABELA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS, POR ORGANIZADORA

A tabela abaixo indica quais foram as instituições que organizaram os certames dessa carreira nos últimos dez anos.

Tabela 2

ORGANIZADORA	CONCURSOS
Cespe	6
FCC	8
Fepese	1
FMP	3
Fumarc	1
Fundatec	1
PUC-PR	1
UEL	1
UEPA	2
Vunesp	1
Próprio Órgão	4
TOTAL	29

RAIO-X DAS QUESTÕES

1. QUESTÕES POR DISCIPLINA E TEMA

A seguir, são apresentadas as tabelas de **Raio-X**, que servem para orientar o estudo a ser desenvolvido, descortinando o grau de exigência e a frequência com que certos temas são explorados nos concursos públicos para ingresso nesta carreira jurídica.

As tabelas indicam o número total de questões objetivas e as respectivas percentagens de distribuição nas disciplinas abordadas nos concursos. Ao final, consta, também, a distribuição das questões discursivas.

Tabela 5

1. DIREITO ADMINISTRATIVO

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Agentes Públicos	58	13,5%
2. Atos Administrativos	39	9,0%
3. Bens Públicos	18	4,2%
4. Controle da Administração Pública	24	5,6%
5. Entes da Administração Pública	46	10,7%
6. Intervenção do Estado na Propriedade	41	9,5%
7. Licitações e Contratos	78	18,1%
8. Processo Administrativo	34	7,9%
9. Responsabilidade Civil do Estado	30	7,0%
10. Serviços Públicos	34	7,9%
11. Teoria, Poderes e Princípios	29	6,7%
TOTAL	431	100%

2. DIREITO AMBIENTAL

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Código Florestal	20	10,1%
2. Constituição Federal	31	15,6%
3. Lei da Gestão de Florestas Públicas	5	2,5%
4. Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos	12	6,0%
5. Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	4	2,0%

2. ANÁLISE GRÁFICA DAS DISTRIBUIÇÕES

Adiante, é feita uma análise gráfica das informações contidas nas tabelas de **Raio-X** apresentadas no tópico anterior, objetivando traduzir visualmente a importância dos conteúdos mais explorados nas provas.

Os gráficos individualizam os dados de cada matéria, em relação às questões objetivas. Ao final, dois gráficos condensando todas as disciplinas: um, em relação às questões objetivas; outro, em relação às discursivas.

2.1. Direito Administrativo

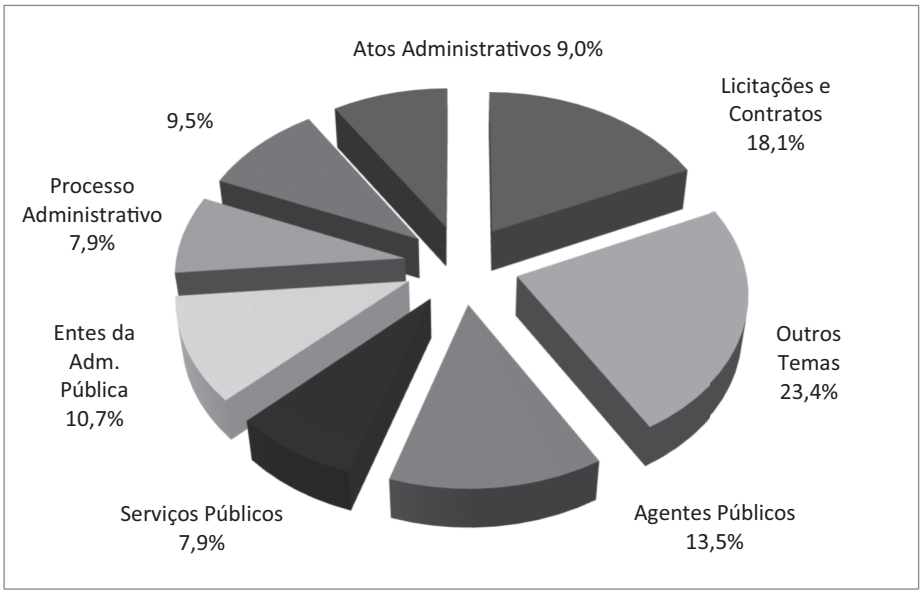
É a disciplina mais versada nos editais desta carreira.

Os conteúdos de direito administrativo encontram-se concentrados em alguns temas principais.

Assim, merecem atenção os pontos referentes a **Licitações e Contratos, Agentes Públicos** e **Entes da Administração Pública**, que, juntos, respondem por **mais de 40% das questões** deste tópico.

Assuntos menos explorados: Bens Públicos e Controle da Administração Pública.

Gráfico 1



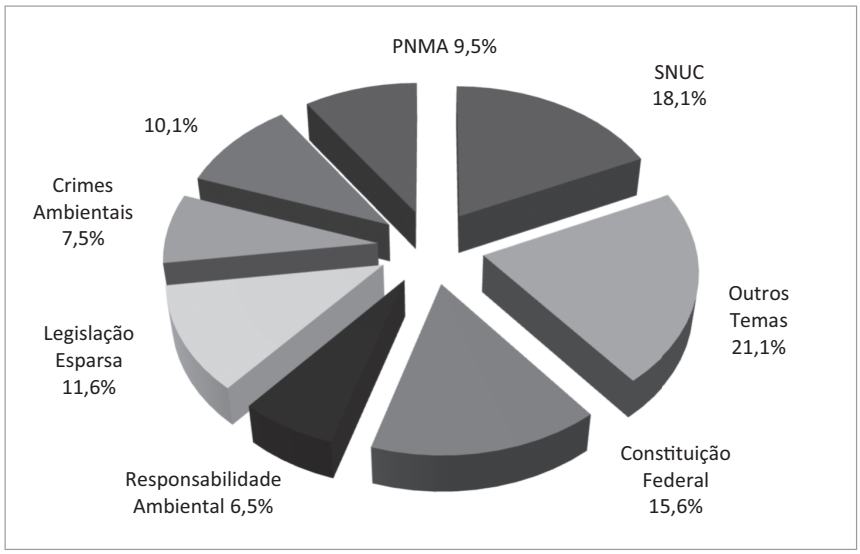
2.2. Direito Ambiental

Disciplina abordada de forma mediana, em termos de número de questões, nas provas objetivas da carreira.

Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, normas da **Constituição Federal** e a **Legislação Esparsa** são, nessa mesma ordem, os assuntos mais abordados nas provas. Congregam **mais de 45%** do conteúdo.

Pontos sem muita relevância: Lei da Gestão de Florestas Públicas, Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e Lei do Bioma Mata Atlântica.

Gráfico 2



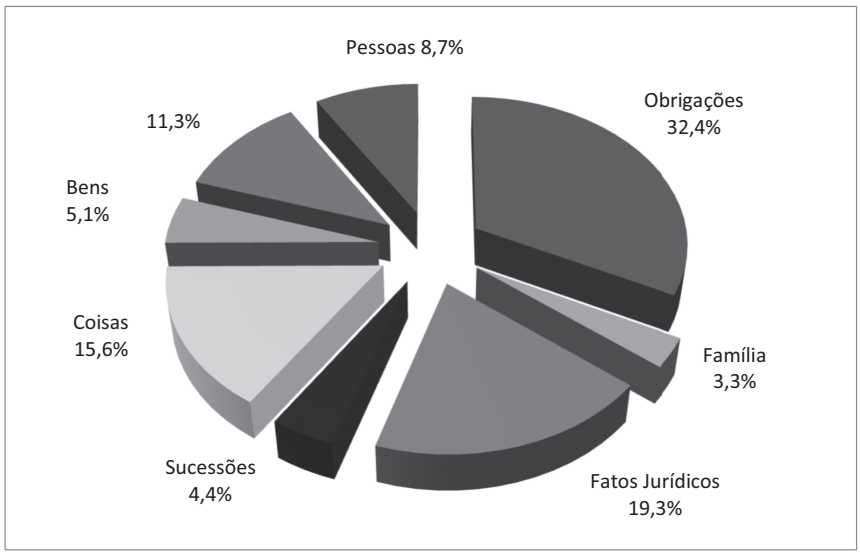
2.3. Direito Civil

O conteúdo do Código Civil é muito explorado nos concursos, com destaque para **Direito das Obrigações, Fatos Jurídicos e Direito das Coisas**, que concentram o grosso dos temas versados nas provas, com **mais de dois terços das questões**.

As **leis civis esparsas** também merecem atenção nos estudos.

As Disposições Finais e Transitórias do CC/2002 não foram abordadas em concursos recentes. Outros tópicos **raramente pedidos em prova** são: Direito de Família e Direito das Sucessões.

Gráfico 3



2.4. Direito Constitucional

É uma das disciplinas mais exigidas nos concursos da carreira.

Nas matérias constitucionais, importante ressaltar que os concursos exigem muitos conhecimentos afetos ao capítulo da **Organização dos Poderes**, que abarca **quase 30%** do conteúdo das provas desta disciplina.

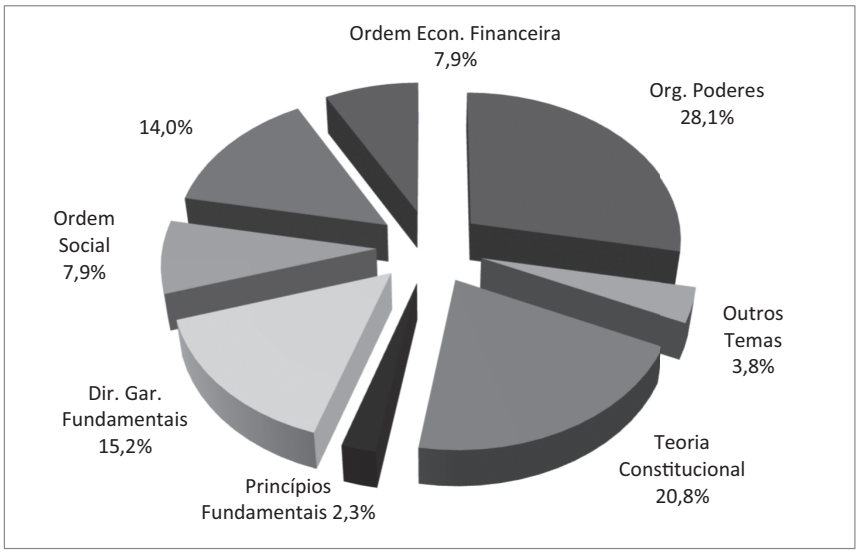
Outro ponto de suma importância são os temas abrangidos pela **Teoria Constitucional** (classificação das constituições, evolução constitucional, hermenêutica constitucional, poder constituinte e teoria do estado), que, geralmente, correspondem a **um quinto** do conteúdo das provas.

É bom, também, estudar com afinco os tópicos **Organização do Estado** e **Direitos e Garantias Fundamentais**.

As questões referentes a Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito Financeiro, Direito Processual Constitucional (ações e remédios constitucionais) e Direito Previdenciário encontram-se em capítulos próprios, e, por isso, não são contabilizadas nesse levantamento.

Pontos da CF/88 sem muita relevância em termos de número de questões: Dos Princípios Fundamentais, Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Das Disposições Constitucionais Gerais e o ADCT.

Gráfico 4



2.5. Direito do Trabalho

Disciplina abordada de forma mediana, em termos de número de questões, nas provas objetivas da carreira.

No tocante ao direito material do trabalho, prepondera a exigência de dois grandes eixos temáticos da CLT, os capítulos **Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho** e **Do Contrato Individual do Trabalho**, que aglomeram **60% das questões** da disciplina.

Seu eixo central, contudo, é mesmo o tópico "**Do Contrato Individual de Trabalho**" (CLT, arts. 442 a 510) que concentra incríveis **40% das questões** que caem nas provas.

Pontos pouco explorados: Das Comissões de Conciliação Prévia, Do Dano Extrapatrimonial e Terceirização, cujos temas são bem difíceis de serem encontrados nestes concursos.

SUMA DOS TEMAS

1. TEMAS DAS PROVAS OBJETIVAS

A tabela abaixo indica visualmente o **grau de exigência** dos tópicos de cada disciplina. As questões objetivas são totalizadas por símbolos. Cada um dos símbolos utilizados agrega um conjunto de até cinco questões.

O gradiente/simbologia indica o número acumulado de questões em cada item, evidenciando o perfil estatístico que as bancas organizadoras adotam na feitura das provas.

Tabela 6

CAPÍTULO / TÓPICOS	QUESTÕES
1. DIREITO ADMINISTRATIVO	
1. Agentes Públicos	◌◌◌○○○●●●ϟϟϟ
2. Atos Administrativos	◌◌◌○○○●●
3. Bens Públicos	◌◌◌○
4. Controle da Administração Pública	◌◌◌○○
5. Entes da Administração Pública	◌◌◌○○○●●●ϟ
6. Intervenção do Estado na Propriedade	◌◌◌○○○●●●
7. Licitações e Contratos	◌◌◌○○○●●●ϟϟϟ💣💣💣☢
8. Processo Administrativo	◌◌◌○○○●
9. Responsabilidade Civil do Estado	◌◌◌○○○
10. Serviços Públicos	◌◌◌○○○●
11. Teoria, Poderes e Princípios	◌◌◌○○○
2. DIREITO AMBIENTAL	
1. Código Florestal	◌◌◌○
2. Constituição Federal	◌◌◌○○○●
3. Lei da Gestão de Florestas Públicas	◌
4. Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos	◌◌◌
5. Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	◌
6. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	◌◌◌○
7. Lei de Cooperação Ambiental	◌◌
8. Lei do Bioma Mata Atlântica	◌
9. Lei do Sist. Nac. de Unidades de Conservação	◌◌◌○○○●●
10. Lei dos Crimes Ambientais	◌◌◌
11. Legislação Esparsa	◌◌◌○○

CAPÍTULO / TÓPICOS	QUESTÕES
12. Responsabilidade Ambiental	○○○
13. Teoria e Princípios	○○○
3. DIREITO CIVIL	
1. Das Pessoas	○○○○○
2. Dos Bens	○○○
3. Dos Fatos Jurídicos	○○○○○○●●●🗲🗲
4. Do Direito das Obrigações	○○○○○○●●●🗲🗲🗲💣💣💣☢☢☢
5. Do Direito das Coisas	○○○○○○●●●
6. Do Direito de Família	○○
7. Do Direito das Sucessões	○○○
8. Das Disposições Finais e Transitórias	-
9. Leis Especiais	○○○○○○●
4. DIREITO CONSTITUCIONAL	
1. Dos Princípios Fundamentais	○○
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	○○○○○○●●●🗲🗲
3. Da Organização do Estado	○○○○○○●●●🗲
4. Da Organização dos Poderes	○○○○○○●●●🗲🗲🗲💣💣💣☢☢☢☠☠
5. Da Defesa do Estado e das Instituições...	○
6. Da Ordem Econômica e Financeira	○○○○○○
7. Da Ordem Social	○○○○○○
8. Das Disposições Constitucionais Gerais, ADCT	○○
9. Teoria Constitucional	○○○○○○●●●🗲🗲🗲💣💣💣
5. DIREITO DO TRABALHO	
1. Introdução	○○○○○
2. Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho	○○○○○○●●
3. Do Dano Extrapatrimonial	-
3. Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho	○○
4. Do Contrato Individual de Trabalho	○○○○○○●●●🗲🗲🗲💣💣
5. Da Organização Sindical	○○
6. Das Convenções Coletivas de Trabalho	○○
7. Das Comissões de Conciliação Prévia	-
8. Leis Especiais	○○
9. Terceirização	○
10. Teoria e Princípios	○○
6. DIREITO EMPRESARIAL	
1. Do Empresário	○
2. Da EIRELI	○
3. Da Sociedade	○○○○○○●●

ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS

A tabela indica as atualizações legislativas de maior interesse para os concursos dessa carreira jurídica, ocorridas nos últimos dois anos. Atualizada até a Lei 14.119/2021, LC 178/21 e EC 108/20.

DIPLOMA	ARTIGOS	FONTE
Direito Administrativo		
Constituição Federal (CF)	20, 21, 32, 37, 38, 39, 40, 42, 144, 166-A	ECs. 101/19, 102/19, 103/19, 104/19, 105/19
Estatuto Jurídico Empresa Pública e Soc. Economia Mista (L. 13.303/16)	-	-
Lei da Parceria Público-Privada (L. 11.079/04)	-	-
Lei da Prescrição Administrativa Punitiva (L. 9.873/99)	-	-
Lei da Prescrição Quinquenal (Dec. 20.910/32)	-	-
Lei das OS (L. 9.637/98)	-	-
Lei das OSCIP (L. 9.790/99)	2º	L. 13.999/20
Lei das Parcerias Voluntárias Org. Sociedade Civil (L. 13.019/14)	-	-
Lei de Acesso à Informação (L. 12.527/11)	-	-
Lei de Concessões e Permissões (L. 8.987/95)	6º	L. 14.015/20
Lei de Consórcios Públicos (L. 11.107/05)	1º, 6º, 8º, 11, 12, 13, 14	Ls. 13.821/19, 13.822/19, 14.026/20
Lei de Desapropriação p/ Interesse Social (L. 4.132/62)	-	-
Lei de Desapropriação p/ Utilidade Pública (DL 3.365/41)	10-A, 10-B	L. 13.867/19
Lei de Improbidade (L. 8.429/92)	17	L. 13.964/19
Lei de Licitações (L. 8.666/93)	-	-
Lei de Organização da Administração Federal (DL 200/67)	-	-
Lei de Outorga e Prorrogação das Concessões e Permissões (L. 9.074/95)	-	-
Lei de Tombamento (DL 25/37)	-	-
Lei do Contrato de Desempenho (L. 13.934/19)	nova lei	-
Lei 13.800/19 estabelece a regulamentação para a criação de fundos patrimoniais	Lei 13.800/19 estabelece a regulamentação para a criação de fundos patrimoniais	
Lei do Pregão (L. 10.520/02)	-	-
Lei do Processo Administrativo Federal (L. 9.784/99)	-	-
Lei do RDC (L. 12.462/11)	63	L. 14.034/20
Direito Ambiental		

1

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. AGENTES PÚBLICOS

>>> Vide capítulo Direito Previdenciário (Servidores Públicos).

1.1. Disposições Gerais

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súmula 22. O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo.

STF Súmula 36. Servidor vitalício está sujeito a aposentadoria compulsória, em razão da idade.

STF Súmula 39. À falta de lei, funcionário em disponibilidade não pode exigir, judicialmente, o seu aproveitamento, que fica subordinado ao critério de conveniência da Administração.

STF Súmula 46. Desmembramento de serventia de justiça não viola o princípio de vitaliciedade do serventuário.

STF Súmula 47. Reitor de universidade não é livremente demissível pelo Presidente da República durante o prazo de sua investidura.

STJ Súmula 137. Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

STJ Súmula 173. Compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do Regime Jurídico Único.

STJ Súmula 346. É vedada aos militares temporários, para aquisição de estabilidade, a contagem em dobro de férias e licenças não gozadas.

TST Súmula 58. Ao empregado admitido como pessoal de obras, em caráter permanente e não amparado pelo regime estatutário, aplica-se a legislação trabalhista.

TST Súmula 243. Exceto na hipótese de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário.

TST Súmula 430. Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da administração pública indireta, continua a existir após a sua privatização.

TST OJ/SDI1 51. Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei n. 7.773, de 08.06.1989.

TST OJ/SDI1 216. Aos servidores públicos celetistas é devido o vale-transporte, instituído pela Lei n. 7.418/85, de 16 de dezembro de 1985.

TST OJ/SDI1 247. I. A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade; II. A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

TST OJ/SDI1 339. As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão submetidas à observância do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF/1988, sendo aplicável, inclusive, ao período anterior à alteração introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/1998.

TST OJ/SDI1 366. Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula n. 363 do TST, se requeridas.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Repercussão Geral 57. É constitucional a previsão legal que assegure, na hipótese de transferência "ex officio" de servidor, a matrícula em instituição pública, se inexistir instituição congênere à de origem. *RE 601580, 19.9.2018.*

STF Repercussão Geral 1081. As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal. *ARE 1246685, 20.3.2020.*

STF Repercussão Geral 1021. Nos termos do artigo 5º, VIII, da Constituição Federal é possível à Administração Pública, inclusive durante o estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos, em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, não se caracterize o desvirtuamento do exercício de suas funções e não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada. *ARE 1099099, 26.11.2020.*

ENUNCIADOS CJF

CJF Administrativo 16. As hipóteses de remoção de servidor público a pedido, independentemente do interesse da Administração, fixadas no art. 36, parágrafo único, III, da Lei 8.112/1990 são taxativas. Por esse motivo, a autoridade que indefere a remoção quando não presentes os requisitos da lei não pratica ato ilegal ou abusivo.

CJF Administrativo 37. A estabilidade do servidor titular de cargo público efetivo depende da reunião de dois requisitos cumulativos: (i) o efetivo desempenho das atribuições do cargo pelo período de 3 (três) anos; e (ii) a confirmação do servidor no serviço mediante aprovação pela comissão de avaliação responsável (art. 41, caput e § 4º, da CRFB c/c arts. 20 a 22 da Lei n. 8.112/1990). Assim, não há estabilização automática em virtude do tempo, sendo o resultado positivo em avaliação especial de desempenho uma condição indispensável para a aquisição da estabilidade.

INFORMATIVOS

STJ **Concurso para provimento do cargo de Policial Rodoviário Federal. Decurso de mais de 20 anos desde a posse concedida por decisão liminar. Contagem do tempo para estabilidade. Fato Consumado. Juízo de retratação. Tema 476/STF. Situação excepcional. "Distinguishing". Possibilidade.** Em situações excepcionais, é possível, para efeito de estabilidade, a contagem do tempo de serviço prestado por força de decisão liminar. *AREsp 883.574, 1ª T, 5.3.2020, Inf. 666.*

TST **Profissional de saúde. Cumulação de cargos. Compatibilidade de horários. Art. 37, XVI, da CF.** Havendo compatibilidade de horários entre os cargos/empregos públicos, resta atendido o requisito previsto no art. 37, XVI, da CF para a acumulação pretendida, sendo irrelevante para efeito de aplicação da norma constitucional a circunstância de as jornadas desempenhadas serem exaustivas. Entendimento em sentido contrário, mesmo que fundamentado na dignidade da pessoa humana e na preservação da integridade física e psíquica do trabalhador, configuraria restrição não prevista na CF. Outrossim, poderia levar à conclusão de que profissionais de saúde não podem acumular cargo ou emprego público com emprego em instituição particular, por configurar jornada exaustiva; ou até proibição de acumulação de qualquer cargo ou profissão quando houvesse presunção de risco à integridade do trabalhador. Tais posições não encontram amparo na lei tampouco no art. 5º, II, e XIII, da CF. *E-ED-RR-261-78.2016.5.21.0006, SDI1, 5.11.2020, Inf. 228.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (Cespe/PGE/PI/Procurador/2014) A Secretaria de Transparência do Estado do Piauí, no curso de processo administrativo instaurado a fim de apurar as irregularidades na acumulação remunerada de cargos públicos pelos servidores do estado, constatou que o servidor Florentino ocupava, desde 1987, um cargo de professor na Universidade Estadual e, desde 1997, um cargo de químico, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, além de compor, desde 1996, o quadro de servidores inativos da carreira de agrônomo do município de Caracol. Em relação aos cargos de professor e de químico, constatou-se compatibilidade de horários, sendo o regime semanal de trabalho de vinte e quatro horas e de quarenta horas, respectivamente. Decreto estadual condiciona a licitude da acumulação de cargos à carga horária semanal máxima de sessenta horas. Em face da situação hipotética acima, redija um texto dissertativo indicando a conduta a ser tomada pela administração. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos: (i) a normatividade constitucional e a jurisprudência dos tribunais superiores relativas à acumulação de cargos públicos; (ii) a (im)possibilidade de cassação da aposentadoria ou de demissão de Florentino de quaisquer dos cargos por ele ocupados; (iii) a (in)admissibilidade de acumulação da remuneração dos cargos ocupados com os proventos advindos da aposentadoria no cargo municipal; (iv) a incidência do teto remuneratório constitucional.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Fepese/PGE/SC/Procurador/2018) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, de acordo com o texto constitucional vigente:

I. tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
II. investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
III. em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
IV. para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) são corretas apenas as afirmativas I, II e III.
b) são corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
c) são corretas apenas as afirmativas I, III e IV.
d) são corretas apenas as afirmativas II, III e IV.
e) são corretas as afirmativas I, II, III e IV.

2. (FCC/PGE/TO/Procurador/2018) Considere que Casimiro Rubião, atualmente com 70 anos, era servidor público estável, titular de cargo efetivo do Quadro da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, tendo se aposentado por invalidez em 1º de fevereiro de 2012. Em 30 de abril de 2017, a Corregedoria Geral do Estado – CGE recebeu informações de que a aposentadoria teria sido concedida de forma fraudulenta, em episódio envolvendo Casimiro e o perito que atestou sua falsa invalidez. Na apuração promovida pela CGE, a Junta Médica Oficial constatou que Casimiro goza atualmente de plena capacidade física e mental para o exercício das funções que desempenhava até sua aposentação. Sabendo-se que lei posterior veio a extinguir o cargo ocupado por Casimiro, é correto afirmar que

a) não cabe reversão da aposentadoria, pois a aposentadoria por invalidez é ato irreversível.
b) não cabe reversão da aposentadoria, haja vista que já ultrapassada a idade da aposentadoria compulsória.
c) não cabe reversão da aposentadoria, visto que já decorridos 5 anos da data em que ocorreu a aposentação.
d) deve haver reversão em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.
e) deve haver reversão no mesmo cargo que ocupava, visto que a extinção será considerada sem efeito.

3. (Cespe/PGE/PE/Procurador/2018) Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública, assinale a opção correta.

a) as funções de confiança devem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo e limitam-se a atribuições de direção, chefia, apoio e assessoramento.
b) governadores de estado e desembargadores do tribunal de justiça local não podem receber vencimentos superiores aos de deputado estadual.
c) o Poder Judiciário pode determinar a equiparação salarial de servidores públicos com o aumento de salários para garantir a aplicação do princípio da isonomia.
d) os direitos políticos do agente público que usa de seu cargo ou função para auferir enriquecimento ilícito poderão ser suspensos e seus bens poderão ser decretados indisponíveis.
e) servidor público efetivo eleito vereador será, necessariamente, afastado de seu cargo.

4. (FCC/PGE/AP/Procurador/2018) Servidor público do sexo masculino exerce, desde 2015, cargo público efetivo de professor de ensino universitário estadual e um cargo público efetivo de médico junto a autarquia federal, não contando com tempo de serviço público anterior. À luz das normas da Constituição Federal, e considerando que há compatibilidade de horários para o exercício de ambos os cargos, essa situação caracteriza cumulação:

a) irregular, uma vez que o servidor não poderia cumular o exercício de seu cargo público efetivo estadual com cargo público vinculado a autarquia, não podendo, portanto, perceber proventos de aposentadoria relativos aos dois cargos.
b) regular, podendo o servidor passar para a inatividade, em ambos os cargos, com percepção de proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ao completar 60 anos de idade, dez

anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

c) regular, podendo o servidor passar para a inatividade, em ambos os cargos, com percepção de proventos integrais, caso conte com 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

d) regular, podendo o servidor passar para a inatividade, em ambos os cargos, com percepção de proventos integrais caso conte com 60 anos de idade, 30 anos de contribuição, 5 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

e) regular, podendo o servidor passar para a inatividade no cargo de professor apenas em 2045, caso conte com 55 anos de idade e, no cargo público de médico, apenas em 2050, caso conte com 60 anos de idade, podendo cumular o recebimento de ambas as aposentadorias, com percepção de proventos proporcionais em ambos os casos.

5. (FCC/PGE/AP/Procurador/2018) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida sob o regime de repercussão geral, firmou a seguinte jurisprudência:

a) a comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do art. 93, I, da Constituição Federal, deve ocorrer no momento da posse do candidato aprovado.

b) os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, caso a criança adotada tenha idade igual ou inferior a um ano; é facultado ao legislador local fixar prazos diversos para crianças de idade superior a um ano.

c) os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, §1º, II, da Constituição Federal, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação para cargo em comissão.

d) não há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, custeado por contribuição compulsória descontada de seus vencimentos.

e) na hipótese de investidura em cargo público determinada por decisão judicial, responde objetivamente a Administração pelos danos causados ao servidor, que fará jus a indenização por danos materiais, correspondente aos vencimentos e demais vantagens que deveria ter percebido, desde a data em que ocorreu o impedimento de sua posse.

6. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2017) Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

a) decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.

b) a nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.

c) conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.

d) procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.

e) segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

7. (FMP/PGE/AC/Procurador/2014) O policial federal X pediu remoção para acompanhar sua cônjuge, professora estadual, removida a pedido para o Município de Sena Madureira, onde nasceram e tem uma casa na Av. Avelino Chaves. Com base nas regras gerais sobre os servidores públicos, é incorreto afirmar que a remoção de X:

a) está condicionada à autorização da autoridade competente.

b) não pode ser vedada por juízo sobre a relevância do cargo ou questão de gênero.

c) não pode ser obstada pela autoridade competente, pois a remoção prévia de cônjuge é determinante.

d) é ato administrativo sujeito a motivo e motivação, passível de revisão judicial.

8. (Cespe/PGE/PI/Procurador/2014) A respeito de concurso público, função pública, improbidade administrativa e responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:

a) se um servidor público for preso em flagrante, em uma operação da Polícia Federal, por desvio de verba pública, então, nesse caso, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, o afastamento desse servidor do cargo que ocupa dependerá de sentença condenatória em primeira instância.

b) a invasão, por particular, de área de preservação ambiental na qual monte ele um empreendimento que cause danos ao meio ambiente não acarretará responsabilidade do Estado, tendo em vista que se trata de culpa exclusiva de terceiros.

c) segundo o entendimento STJ, os agentes públicos respondem objetivamente pelos atos de improbidade administrativa.

d) o prazo de validade de dois anos para um concurso público poderá ser prorrogado, a critério da administração, sucessivas vezes, inclusive com prorrogação por período inferior a dois anos.

e) a convocação de um cidadão, pela justiça estadual, para compor o corpo de jurados de determinado julgamento, mesmo que em caráter transitório, faz que esse cidadão seja considerado agente público enquanto exercer a função que lhe foi designada pelo Estado.

9. (Cespe/PGE/PI/Procurador/2014) Acerca da responsabilidade civil do Estado e de servidores públicos, assinale a opção correta:

a) de acordo com a Lei n. 8.112/1990, compete ao presidente da República prover os cargos públicos de todos os poderes da República.

b) se, em razão de reforma administrativa realizada pelo governo federal, uma autarquia for extinta e seus servidores forem colocados em disponibilidade, e, após negociações com entidades de classe, esses servidores reingressarem no serviço público em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis, esse reingresso se dará por aproveitamento.

c) um indivíduo que, aprovado em concurso público, for nomeado para o cargo e, dias antes da posse coletiva com os demais nomeados, for acometido por dengue deverá apresentar atestado médico e solicitar o adiamento do ato de sua posse, tendo em vista que tal ato só se efetiva mediante o comparecimento pessoal do interessado.

d) de acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo responderá apenas subjetivamente pelos danos que forem gerados à família

de vítima de atropelamento causado por motorista de veículo dessa empresa.

e) a ausência de previsão de acesso a cargo público de caráter efetivo por estrangeiros se coaduna com a política de soberania do Estado brasileiro, razão por que eles só poderão ocupar função pública de caráter transitório, e sem vínculo estatutário.

10. (PGE/GO/Procurador/2013) A propósito do texto original do art. 39, caput, da Constituição Federal (regime jurídico único dos servidores públicos), é correto afirmar que:

a) a alteração procedida pela EC 19/98 não chegou a ser impugnada perante o Supremo Tribunal Federal.

b) teve sua alteração procedida pela EC 19/98 julgada inconstitucional, com efeito "ex nunc", pelo Supremo Tribunal Federal.

c) teve sua alteração procedida pela EC 19/98 julgada inconstitucional, sem modulação de efeitos, pelo Supremo Tribunal Federal.

d) foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, cautelarmente, com efeito "ex tunc", a alteração procedida pela EC 19/98.

e) foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, cautelarmente, com efeito "ex nunc", a alteração procedida pela EC 19/98.

11. (FMP/PGE/AC/Procurador/2012) Sobre a atuação dos agentes da Administração, é correto afirmar:

a) o policial militar, ao solicitar a um grupo de pessoas que se encontram num local ermo, que apresentem documentos e se sujeitem à revista, tomando as cautelas adequadas, age de acordo com o seu poder-dever.

b) o delegado, ao concluir inquérito policial, concluindo que há elementos indicadores de que professores e direção de uma escola, tem o dever de levar ao conhecimento público, através da imprensa, os dados que apurou, pois o princípio da publicidade impõe que a matéria seja levada ao conhecimento de toda a sociedade.

c) em razão do poder de polícia administrativa, uma vez constatada a incidência de febre aftosa nos animais de uma determinada fazenda, a autoridade competente determinará o abate imediato de bovinos num raio que considerar adequado para afastar o risco de infecção.

d) a Administração poderá, após a verificação de prejuízos causados por terceiros, como na hipótese de um acidente de trânsito, executar administrativamente o servidor, que terá direito de regresso contra o particular.

12. (Fepese/PGE/SC/Procurador/2010) Acerca da Administração Pública, assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal.

a) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, vedado o direito de greve.

b) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

c) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, bem como para as respectivas ações de ressarcimento.

d) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público é permitida a fim de assegurar o princípio da paridade remuneratória.

e) a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

13. (PGE/PA/Procurador/2011) João foi nomeado para o cargo de médico da Polícia Militar em 1987. Em 1999 assumiu o cargo de médico em um Hospital Universitário Federal e, em 2001, emprego público de médico do Banco do Brasil. A Administração Estadual notificou João para se manifestar em processo administrativo instaurado com vistas a apurar acumulação de cargos, informando-lhe que a posse em cargo ou emprego de natureza civil implica a sua transferência para a reserva. Em sua defesa, o interessado alegou que o art. 17, § 1º do ADCT permite aos militares a acumulação de 2 (dois) cargos de médico, o que salvaguarda o seu direito ao exercício dos dois primeiros cargos assumidos. Quanto ao emprego Público no Banco do Brasil, argumentou que a proibição constitucional de acumulação de cargos não incide na hipótese, dada a diversidade de regimes jurídicos. Por fim, esclareceu que havia compatibilidade de horários, uma vez que todos os 3 (três) vínculos demandavam tão somente 4 (quatro) horas de trabalho diários. Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

I. procedem as razões de defesa, pois a CRFB/88 permitiu aos militares, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o acúmulo de dois cargos de médico, desde que a investidura em um deles tivesse ocorrido antes do advento da nova Carta Constitucional. Igualmente, por se tratar de médico militar, cujo regramento constitucional é específico, a proibição em tela não atinge o emprego público pertencente à órbita federal.

II. há acumulação inconstitucional apenas com relação ao cargo assumido após 1988 e ao emprego público, pois ambos são da Administração Federal e a carga horária os torna incompatíveis.

III. a impossibilidade de acumular cargos é a regra para os militares. O art.17, § 1º do ADCT permitiu a acumulação de 2 (dois) cargos de médico que já estivessem sendo exercidos até 5.10.88. Com isso, o Constituinte preservou as situações já consolidadas, porém não autorizou a mesma ocorrência após a vigência da CRFB/88. A proibição de acumular estende-se, igualmente, a emprego público, inexistindo qualquer exceção que beneficie os militares.

IV. a regra que prevê a transferência do militar para a reserva, na hipótese de investidura em cargo ou emprego de natureza civil, é destinada aos integrantes das forças armadas e aos membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

V. não há fundamento jurídico para estabelecer diferenças entre civis e militares para fins de acumulação de cargos, empregos e funções. Há acumulação inconstitucional apenas em razão da carga horária, que, para o servidor público da União, é de 6 horas diárias, não procedendo a alegação de que as funções civis demandam apenas 4 horas de trabalho.

a) apenas as proposições II e V estão incorretas.

b) apenas as proposições III e IV estão corretas.

c) apenas a proposição I está correta.

d) apenas as proposições IV e V estão incorretas.

e) apenas a proposição II está incorreta.

14. (PGE/GO/Procurador/2010) A propósito dos cargos públicos, está correta a seguinte afirmação:

a) nosso sistema constitucional só admite a criação, a transformação e a extinção de cargos públicos na administração direta e autárquica mediante a edição de lei, a qual pode ser, também, de iniciativa parlamentar.

b) o chefe do Poder Executivo não pode dispor, por meio de decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública.

c) a criação, a transformação e a extinção de cargos públicos na administração direta e autárquica só podem ocorrer mediante a edição de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
d) o instrumento legislativo por meio do qual se criam, transformam e extinguem cargos públicos não é tratado na Constituição Federal, porque se trata de matéria afeta à autonomia de cada ente federativo.
e) a Constituição Federal admite a extinção de funções ou cargos públicos por meio de decreto, desde que estejam vagos.

15. (PGE/GO/Procurador/2010) Sobre a demissão e a exoneração de servidor público, é correto sustentar que:

a) a Constituição Federal prevê a possibilidade de demissão de servidor público, a ser disciplinada por lei complementar, em razão de insuficiência de desempenho atestada em avaliação funcional, contudo essa lei complementar ainda não foi editada.
b) a exoneração tem caráter punitivo, por isso é sempre "ex officio" e ocorre, por exemplo, quando o servidor, tendo tomado posse, não entra em exercício no prazo legal, caracterizando, assim, abandono de cargo.
c) a Constituição Federal não prevê a possibilidade de demissão de servidor público, em razão de insuficiência de desempenho verificada em avaliação funcional.
d) a exoneração não tem natureza punitiva e a administração pública não pode valer-se dela para exonerar servidores estáveis para adequar as despesas de pessoal aos limites fixados na Lei Complementar n.. 101/00.
e) a exoneração tem caráter punitivo e uma de suas hipóteses ocorre quando o ocupante de cargo efetivo não satisfaz as condições do estágio probatório.

16. (PGE/GO/Procurador/2010) De acordo com a Constituição Federal de 1988 e no que concerne aos militares, está correta a seguinte proposição:

a) o militar em atividade que tomar posse no cargo de Procurador do Estado será transferido para a reserva, nos termos da lei.
b) compete à União legislar sobre a transferência do militar do Estado para a reserva remunerada.
c) lei complementar estadual deverá tratar dos direitos, deveres e remuneração dos militares do Estado.
d) é possível ao aposentado em cargo efetivo de caráter técnico, depois da data de 16 de dezembro de 1988, ocasião em que entrou em vigor a Emenda Constitucional n. 20/1998, ingressar na carreira militar do Estado e acumular seus vencimentos com os proventos decorrentes da inatividade.
e) os membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

17. (PGE/GO/Procurador/2010) Sobre acumulação de cargos públicos, está correta a seguinte proposição:

a) a Constituição Federal prevê algumas hipóteses nas quais autoriza a acumulação remunerada de cargos públicos, empregos e funções, tendo o Supremo Tribunal Federal firmado entendimento de que a acumulação indevida, desde que o servidor não esteja percebendo a remuneração de um dos cargos, torna-se legal.
b) não havendo compatibilidade de horários entre cargos passíveis de acumulação e o servidor percebendo a remuneração correspondente ao exercício dos dois cargos, não deve restituir ao erário as importâncias percebidas, uma vez que a remuneração decorre do esforço despendido no trabalho realizado, em vista do princípio da boa-fé e do locupletamento indevido.
c) sendo um cargo de professor e outro técnico ou científico, a jurisprudência firmou o entendimento de que o cargo técnico deve conter a indicação da respectiva designação em sua nomenclatura, ou seja, deve ser intitulado como técnico e apresentar, como requisito de investidura fixado em lei, a conclusão de nível superior.
d) a única hipótese em que a Constituição Federal possibilita ao servidor público optar pela remuneração é quando se encontra investido no mandato de Prefeito; porém, essa mesma norma constitucional determina seu afastamento do cargo, emprego ou função.
e) a única hipótese em que a Constituição Federal admite que o servidor público possa perceber as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que presente a compatibilidade de horários, é quando investido no mandato de Vereador.

18. (PGE/PA/Procurador/2011) Está em vigor Súmula do STF com o seguinte teor:

a) o auxílio-alimentação é extensível aos inativos.
b) o pagamento de vencimentos de servidor público com atraso sujeita-se à correção monetária e juros de mora.
c) a vitaliciedade não impede a extinção do cargo, ficando o funcionário em disponibilidade, com todos os vencimentos.
d) no processo de desapropriação, são devidos juros moratórios desde a imissão na posse.
e) os honorários do advogado do expropriado não integram o valor da indenização.

19. (PGE/GO/Procurador/2010) A luz do entendimento contido nas súmulas e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, no que se refere aos empregados públicos, é correto afirmar:

a) a cessão de empregado público para ente público diverso, realizada com ônus para o cessionário, não exclui a equiparação salarial, se o ente cedente responder pelos salários do empregado-paradigma.
b) o simples desvio funcional do empregado não gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, mesmo que o desvio de função haja iniciado antes da vigência da CF/88.
c) entre servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional contratados pela CLT, é permitida a equiparação salarial.
d) a despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista admitidos por concurso público, em regra, depende de ato motivado para sua validade.
e) empregado público eleito para ocupar cargo de diretor em sociedade de economia mista tem o respectivo contrato de trabalho interrompido, não se computando o tempo de serviço para qualquer efeito legal, ainda que presente a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

20. (UEPA/PGE/PA/Procurador/2015) Quanto às formas de provimento dos cargos públicos, afirma-se que:

I. a nomeação é considerada forma originária de provimento.
II. a reintegração é a reinvestidura do servidor estável ou não no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão judicial.